



RELATÓRIO E CONTAS 2022 SNC-ESNL

CLUBE GAIVOTAS DA TORRE – ASSOCIAÇÃO JUVENIL

ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO
REGISTADA NA CRC DE CASCAIS SOB N.º 503575623
CONTRIBUINTE N.º 503575623
COM SEDE EM RUA DAS CARAVELAS, LT 7 - CV 1, 2750 - 615 CASCAIS
CAE N.º 94991
COM A ATIVIDADE DE ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SÍNTESE DE INDICADORES	3
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.DEZEMBRO.2022	4
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8
MAPA DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	9
MAPA DE PATRIMONIO FIXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10
DIVULGAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	11
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	11
3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	11
4. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	14
5. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS A EXPLORAÇÃO	14
6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	14
7. GASTOS COM O PESSOAL.....	14
8. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS.....	15
9. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	15
10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	15
11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	16
12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	16
13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	16
14. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES (DOAÇÕES)	16
15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	17
16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
17. DATA DA AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO.....	17
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FINAL DO PERÍODO DE 2022	18

SÍNTESE DE INDICADORES

	2022	2021	Var. %
Pessoal			
Efectivos Médios no Activo	30	27	11,1
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(608)	(478)	27,0
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(20)	(18)	14,3
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	18	13	34,5
Gastos Operacionais (mil Euros) (61+62+63+64+65+66+67+68)	(756)	(590)	28,1
Cash Flow Operacional (mil Euros) (EBITDA)	6	6	1,8
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (mil Euros) (EBIT)	0	(0)	-146,8
Resultado Líquido (mil Euros)	0	(0)	-146,8
Balanço			
Activo Total (mil Euros)	292	289	1,1
Capitais Próprios (mil Euros)	(3)	1	-313,4
Capitais Alheios (mil Euros)	295	288	2,4
Indicadores Rendibilidade			
Margem EBITDA (%) [EBITDA/Volume de negócios]	34,27	45,29	-24,3
Margem sobre Vendas (%) [(Vendas - CMVM)/(Vendas)]	100,00	100,00	0,0
ROI - Return on Investment (%) [RLP/Activo]	0,00	(0,00)	-146,3
ROE - Return on Equity (%) [RLP/Capital Próprio]	-	(0,25)	-100,0
Indicadores Financeiros			
Solvabilidade [Capital Próprio/Passivo]	(0,88)	0,42	-308,4
Endividamento [Passivo/Capital Próprio]	(11 375,82)	23 710,06	-148,0
Autonomia Financeira [Capital Próprio/Activo]	(0,89)	0,42	-311,2



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.DEZEMBRO.2022

	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	4	17 766,60	13 205,30
Subsídios, doações e legados à exploração	5	707 469,97	713 559,44
Fornecimentos e serviços externos	6	(142 029,71)	(105 371,15)
Gastos com o pessoal	7	(607 618,31)	(478 407,27)
Outros rendimentos	8	137 465,40	5 033,16
Outros gastos	8	(106 965,42)	(142 038,66)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 088,53	5 980,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9	(5 946,57)	(6 283,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		141,96	(303,11)
Resultado antes de impostos		141,96	(303,11)
Resultado líquido do período		141,96	(303,11)

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)

A PRESIDENTE



(PAULA VIEIRA GARCIA, CEDULA PROF. N.º 72175)

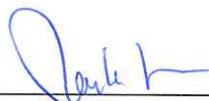


(INÉS SOFIA MECHAS FIRMINO)

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022


	Notas	31/12/22	31/12/21
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	15 267,16	13 659,36
Investimentos financeiros		8 258,87	-
		<u>23 526,03</u>	<u>13 659,36</u>
Activo corrente			
Adiantamento a Fornecedores		803,91	896,23
Estado e outros entes públicos	11	252,96	-
Créditos a receber	12	184 448,76	42 519,75
Diferimentos		28 306,31	22 874,00
Caixa e depósitos bancários	13	54 767,82	209 026,21
		<u>268 579,76</u>	<u>275 316,19</u>
Total do activo		<u>292 105,79</u>	<u>288 975,55</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		(2 732,51)	(1 361,46)
Ajustamentos / Outras Variações (Doações)	14	-	2 878,24
Resultado líquido do período		141,96	(303,11)
Total do capital próprio		<u>(2 590,55)</u>	<u>1 213,67</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		129 133,30	686,86
Estado e outros entes públicos	11	31 404,94	18 904,61
Outros passivo correntes	12	131 066,85	150 247,68
Diferimentos		-	117 922,73
		<u>291 605,09</u>	<u>287 761,88</u>
Total do passivo		<u>294 696,34</u>	<u>287 761,88</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>292 105,79</u>	<u>288 975,55</u>

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

A PRESIDENTE



(INÉS SOFIA MECHAS FIRMINO)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

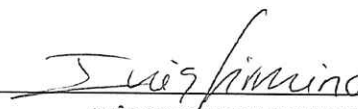
DESCRIÇÃO		RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS/OUTR AS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2021)	1	(3 884,13)	2 878,24	2 522,67	1 516,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	2 522,67	-	(2 522,67)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(303,11)	(303,11)
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3	2 522,67	-	(2 825,78)	(303,11)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2021)	5 = 1 + 4	(1 361,46)	2 878,24	(303,11)	1 213,67

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)

A PRESIDENTE



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)



(INÊS SOFIA MECHAS FIRMINO)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

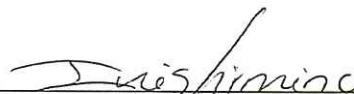
DESCRIÇÃO		RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS/OUTR AS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2022)	1	(1 361,46)	2 878,24	(303,11)	1 213,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(303,11)	(3 946,18)	303,11	(3 946,18)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			141,96	141,96
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3	(303,11)	(3 946,18)	445,07	(3 804,22)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2022)	5 = 1 + 4	(1 664,57)	(1 067,94)	141,96	(2 590,55)

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)

A PRESIDENTE



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

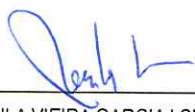


(INÉS SÓFIA MECHAS FIRMINO)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

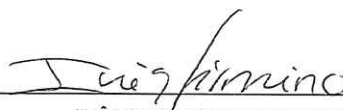
	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	21 350,00	13 205,30
Recebimento de subsídios	707 469,97	831 482,17
Pagamentos a fornecedores	(133 538,97)	(208 654,16)
Pagamentos ao pessoal	(388 375,78)	(302 535,92)
Caixa gerada pelas operações	206 905,22	333 497,39
Outros recebimentos/pagamentos	(284 137,40)	(209 238,35)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	<u>(77 232,18)</u>	<u>124 259,04</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(4 463,11)	(10 788,89)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	<u>(4 463,11)</u>	<u>(10 788,89)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	132 000,00	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	<u>132 000,00</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>50 304,71</u>	<u>113 470,15</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>209 026,21</u>	<u>95 556,06</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>54 767,82</u>	<u>209 026,21</u>

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

A PRESIDENTE



(INÊS SOFIA MECHAS FIRMINO)

MAPA DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
	2022		2022
1. Recebimentos atividade		1. Funcionamento	
Jóias e quotas	17 766,60	Pessoal	388 375,78
Subsídios	707 469,97	Impostos	219 079,23
2. Recebimentos comerciais	-	Seguros	13 760,34
		Manutenção	870,03
3. Recebimentos capitais		Água, eletricidade e gás	2 279,16
Perdão Dívida	132 000,00	Deslocações	7 942,39
4. Recebimentos prediais		Comunicações	5 063,89
		Material de escritório	2 898,54
		Higiene, segurança e conforto	2 877,86
		Outras específicas da atividade	368 347,74
Total	857 236,57	Total	1 011 494,96

Saldo do ano anterior	209 026,21
Receitas	857 236,57
Despesas	1 011 494,96
Saldo para o ano seguinte	54 767,82

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

A PRESIDENTE

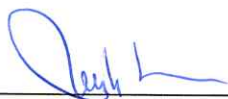


(INÊS SOFIA MECHAS FIRMINO)

MAPA DE PATRIMONIO FIXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

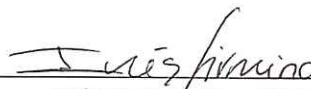
	<u>2022</u>
Anos anteriores	
Equipamento básico	4 490,91
Equipamento de transporte	10 490,00
Equipamento administrativo	42 829,42
Outros ativos fixos tangíveis	1 483,30
Sub Total	<u>59 293,63</u>
Ano corrente	
Equipamento básico	1 371,87
Equipamento administrativo	6 182,50
Sub Total	<u>7 554,37</u>
Depreciações acumuladas	<u>51 580,84</u>
Total	<u>15 267,16</u>

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

A PRESIDENTE



(INÉS SOFIA MECHAS FIRMINO)

DIVULGAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Identificação da entidade

O Clube Gaivotas da Torre, Associação Juvenil é uma associação de direito privado, que se encontra matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o número 503575623, que iniciou a sua atividade em 15 de janeiro de 1996, tem como sede a Rua das Caravelas Lote 7 Cave 1, 2750 - 615 Cascais, Portugal. A sua atividade principal é a de associações culturais e recreativas.

2. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (NCRF - ESNL), instituído pelo Decreto-Lei nº36A/2011, de 9 de março e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de junho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro aplicável às entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Políticas contabilísticas

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento básico	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Instrumentos financeiros

A entidade reconhece os seus ativos e passivos financeiros, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A entidade mensura os seus instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade, nomeadamente:

Em cada data de relato a entidade avalia a imparidade de todos os seus ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece a perda por imparidade na demonstração de resultados.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A todos os produtos vendidos pela empresa é concedida garantia por defeitos de fabrico de dois anos. Quando a empresa reconhece o rédito das vendas, regista igualmente uma provisão para o custo estimado da obrigação com a garantia.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- d) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade; e
- e) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados

O rédito proveniente de uma prestação de serviços é reconhecido quando o seu desfecho possa ser fiavelmente estimado. Esse rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço. Considera-se que o desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- a) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados

São consideradas prestação de serviços as quotizações da associação

A associação regista as suas receitas de acordo com o pressuposto do acréscimo, ou de periodização económica, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a receber".

Rédito

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só são reconhecidos após existir segurança de que:

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

Um subsídio é contabilizado, quer seja recebido em dinheiro, quer como redução de um passivo.

Da mesma forma, um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior. Este subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Um subsídio não reembolsável que assumam a forma de transferência de um ativo não monetário (terrenos ou outros recursos), para uso da entidade, é mensurado pelo seu justo valor, exceto quando esse justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, sendo neste caso reconhecido por uma quantia nominal.

Os subsídios concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou pressupostos e estimativas que afetam os seus ativos, passivos, rendimentos e gastos. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente nas contas a receber e iii) provisões, ativos e passivos contingentes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Vendas e Prestação de Serviços

	2022		2021	
	Mercado Interno	Total	Mercado Interno	Total
Vendas e Prestações de serviços (Quotas)	17 766,60	17 766,60	13 305,30	13 305,30
Total	17 766,60	17 766,60	13 305,30	13 305,30

5. Subsídios, doações e legados à exploração

	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	514 555,02	664 739,86
Donativos	192 914,95	48 819,58
Total	707 469,97	713 559,44

6. Fornecimentos e Serviços Externos

	2022	2021
Trabalhos especializados	77 795,28	14 859,18
Publicidade & Propaganda	(150,00)	-
Honorários	19 052,15	43 626,70
Conservação e reparação	870,03	3 082,17
Serviços Bancários & Financeiros	345,05	398,38
Materiais	5 961,56	2 711,81
Energia & Fluidos	3 870,16	1 364,65
Deslocações, estadas e transportes	7 942,39	14 211,56
Serviços diversos	22 094,70	16 063,46
ENL - Apoios a Beneficiários	4 113,59	9 053,24
Total	142 029,71	105 371,15

7. Gastos com o Pessoal

	2022	2021
Remunerações do Pessoal	490 368,82	388 445,16
Indemnizações	4 497,53	2 409,00
Encargos sobre Remunerações	102 125,95	79 392,89
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	8 253,78	6 190,08
Outros Custos Com Pessoal	2 372,23	1 970,14
Total	607 618,31	478 407,27

8. Outros Rendimentos e Gastos

	2022	2021
Impostos indirectos	33,24	33,24
Correcções Relativas a Periodos Anteriores	295,26	-
Donativos	-	300,00
Outros não especificados	1 084,94	450,21
Gastos com apoios financeiros	105 544,66	141 253,05
Total	106 958,10	142 036,50

	2022	2021
Rendimentos Suplementares (Perdão Divida)	132 000,00	-
Rendimentos Suplementares (IRS)	3 730,72	4 154,61
Outros Rendimentos e Ganhos	1 726,74	874,61
Juros Obtidos	7,94	3,94
Total	137 465,40	5 033,16

9. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

	2022		2021	
	Gastos	Total	Gastos	Total
Activos Fixos Tangíveis				
Equipamento básico	812,88	812,88	541,57	541,57
Equipamento administrativo	5 133,69	5 133,69	5 742,36	5 742,36
Subtotal	5 946,57	5 946,57	6 283,93	6 283,93

10. Ativos Fixos Tangíveis

	Equipamento				Total
	Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	4 490,91	10 490,00	42 829,42	1 483,30	59 293,63
Da qual quantia dispendida "Em Curso"	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas iniciais	(1 163,64)	(10 490,00)	(32 497,33)	(1 483,30)	(45 634,27)
Quantia escriturada líquida inicial	3 327,27	-	10 332,09	-	13 659,36
Adições					
Outras	1 371,87	-	6 182,50	-	7 554,37
Total das adições	1 371,87	-	6 182,50	-	7 554,37
Diminuições					
Depreciações	(812,88)	-	(5 133,69)	-	(5 946,57)
Total das diminuições	(812,88)	-	(5 133,69)	-	(5 946,57)
Quantia escriturada líquida final	3 886,26	-	11 380,90	-	15 267,16

f.p.

11. Estado e outros entes públicos

	2022	2021
Activo		
Contribuições p/ a Segurança Social	252,96	-
Total	252,96	-
Passivo		
Retenção de Imposto s/ Rendimento	8 959,00	8 195,18
Contribuições p/ a Segurança Social	22 223,74	10 490,07
Outros	222,20	219,36
Total	31 404,94	18 904,61

12. Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar

	2022	2021
Activo		
Corrente		
Clientes	2 450,82	-
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	22 766,84	703,00
Outros créditos a receber	159 231,10	41 816,75
Total	184 448,76	42 519,75
	2 022,00	2 021,00
Passivo		
Corrente		
Pessoal	5 675,71	-
Credores por acréscimos de gastos	68 194,63	63 488,23
Outras dívidas a pagar	57 196,51	86 759,45
Subtotal	131 066,85	150 247,68
Total	131 066,85	150 247,68

13. Caixa e Depósitos Bancários

	2022	2021
Caixa	1 917,15	2 139,62
Depósitos à Ordem	52 850,67	50 886,59
Depósitos a Prazo	-	156 000,00
Total	54 767,82	209 026,21

14. Ajustamentos / Outras Variações (Doações)

	2022	2021
Doações	-	2 878,24
	-	2 878,24
	-	2 878,24



15. Acontecimentos após a data do balanço

Não se registaram acontecimentos após a data do Balanço com relevância para ajustamento das demonstrações financeiras.

16. Proposta de Aplicação Dos Resultados

O resultado líquido apurado no exercício, foi de 141,96 Euros, relativamente ao qual se propõe a aplicação em Resultados Transitados.

17. Data da autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão na presente data.

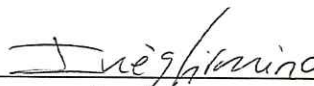
Lisboa, 24 de março de 2023

O(A) CONTABILISTA CERTIFICADO(A)



(PAULA VIEIRA GARCIA | CEDULA PROF. N.º 72175)

A PRESIDENTE



(INÊS SOFIA MECHAS FIRMINO)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FINAL DO PERÍODO DE 2022

Nos termos do disposto no n.º 6 do Artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido do contabilista certificado PAULA ALEXANDRA VIEIRA GARCIA cédula profissional n.º 72175, a quem compete planificar, organizar, coordenar a execução da contabilidade e assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal do CLUBE GAIVOTAS DA TORRE – ASSOCIAÇÃO JUVENIL com o NIF/NIPC 503575623 do exercício contabilístico e fiscal findo em 31 de dezembro de 2022.

Para o efeito, declara-se como é nosso dever que não foram omitidos quaisquer documentos ou informações relevantes com efeitos na contabilidade e na verdade fiscal, designadamente:

Políticas contabilísticas e estimativas

1. Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a determinação das políticas contabilísticas e estimativas, bem como a sua aplicação e forma consistente;

Cumprimento das leis e regulamentos

2. Demos conhecimento sobre todas as situações conhecidas e possíveis de incumprimento de leis, regulamentos, acordos, contratos, correspondência com as autoridades fiscais e para fiscais, litígio ou conflito esperado, com potencial impacto na elaboração das demonstrações financeiras;
3. Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras;
4. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, nos termos da Lei em vigor;

Plenitude da informação

5. Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da empresa;
6. Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados;
7. Não foram ocultados, omitidos, viciados ou destruídos documentos de suporte contabilístico ou sonogada informação com influência direta na situação contabilística e fiscal da entidade;
8. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes relacionadas, e sobre as transações realizadas com as mesmas durante o período em referência;
9. Confirmamos que não foram emitidas notas de crédito nem faturas no período de 2023 e seguintes, suscetíveis de acréscimo e/ou diferimento no período findo em 31 de dezembro de 2022, para além das reconhecidas.

Reconhecimento, mensuração e divulgação

10. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
11. Estão registados todos os ativos de que a Entidade é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
12. Todos os ativos, designadamente os ativos fixos tangíveis, estão afetos ao objeto social da Entidade e são exclusivamente utilizados no interesse desta;
13. Foi-vos dado conhecimento dos critérios estabelecidos para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir os ativos e entendemos que os referidos critérios são adequados;
14. Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos;

15. Todos os passivos e contingências, incluindo os associados com garantias, escritas ou verbais, e contingências fiscais foram-vos comunicados e estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras;
16. Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados pelo contabilista certificado.

Pressuposto da Continuidade

17. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
18. É convicção do órgão de gestão que os potenciais efeitos da Covid-19 e da guerra na Europa (Ucrânia), a existirem, não colocarão em causa a continuidade das operações da Entidade.

Eventos subsequentes

19. Até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 24 de março de 2023

A PRESIDENTE



(INÊS SOFIA MECHAS FIRMINO)